



Portal do Congresso garante ampliação da transparência

Pedro Franco/Agência Senado



Presidentes da Câmara e do Senado, Henrique Alves e Renan Calheiros farão o lançamento do Portal do Congresso hoje, às 11h

Espaço na internet será lançado hoje reunindo informações do Senado e da Câmara sobre projetos, medidas provisórias e vetos presidenciais

A partir de hoje o cidadão brasileiro tem mais uma forma de acesso a dados do Legislativo, com o lançamento do site *www.congressonacional.leg.br*, que vai oferecer notícias, informações sobre projetos em tramitação, ferramenta para orçamento público e links para transmissões da TV Senado e da TV Câmara. O Portal do Congresso terá um comitê gestor formado por servidores das duas Casas, sem remuneração adicional. **2**

especial Cidadania



Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Pedreiro trabalha em construção de condomínio em Porto Alegre

Compra de apartamento na planta exige precauções

Com o mercado imobiliário aquecido, construtoras não estão conseguindo entregar os imóveis vendidos na planta dentro do prazo prometido. Para evitar prejuízo e dor de cabeça, o **Jornal do Senado** enumera uma série de precauções que o comprador pode tomar

antes de fechar negócio. Uma delas é verificar se o contrato permite à construtora atrasar a entrega por alguns meses sem pagar multa. Para os Procons, tal cláusula é ilegal. Um projeto de lei do senador Eduardo Lopes prevê indenização e multa em caso de atraso. **8**

Edição de amanhã terá balanço da pauta positiva

O **Jornal do Senado** publica amanhã um balanço com as propostas da pauta prioritária já aprovadas. Entre elas, a que define organizações criminosas e a que fixa o combate à tortura, enviadas ontem à sanção pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. Também seguiram ontem para a presidente Dilma o refinanciamento de dívidas de agricultores, direitos de taxistas e anistia para servidores punidos em greves.



Gerálito Magela/Agência Senado

Representante do Ministério das Cidades, Marco Antonio Vivas Motta fala sobre mobilidade urbana na audiência pública presidida por Paulo Paim (C)

Debatedores criticam ônibus como base do transporte

O sistema de transporte público brasileiro daria resultados melhores se priorizasse linhas de trem e metrô, segundo especialistas ouvidos ontem durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. O senador Randolfe Rodrigues afirmou que “não tem

máfia neste país maior do que a do transporte coletivo”.

Único participante da reunião a defender os ônibus, o empresário Eurico Galhardi criticou os protestos realizados sábado no Rio de Janeiro, durante casamento da neta do sócio dele, Jacob Barata. **3**

Embaixador é convidado a falar sobre suposta espionagem **2**

Limite a juros de empréstimos consignados deve ser votado hoje **4**

Perda automática de mandato para parlamentar condenado **5**

Comissão de Educação debate com ministro da Justiça **7**

Nova reunião tenta votar Lei de Diretrizes Orçamentárias **4**

Congresso lança hoje portal próprio na internet

Informações em www.congressonacional.leg.br facilitarão o acesso do cidadão a dados atualmente distribuídos entre as páginas do Senado e da Câmara, com integração de agendas das duas Casas

SERÁ LANÇADO HOJE o Portal do Congresso Nacional (www.congressonacional.leg.br), criado para reunir na internet informações sobre os assuntos de competência do Congresso, como o Orçamento da União, medidas provisórias e vetos presidenciais. O lançamento será feito pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, às 11h.

O novo portal deve dar mais visibilidade às atividades do

Congresso, além de facilitar o acesso às informações atualmente distribuídas entre as páginas do Senado e da Câmara. Entre as novidades, está a integração das agendas das duas Casas. O endereço também vai reunir notícias sobre atividades do Congresso, deputados e senadores.

Os visitantes terão links para as páginas das comissões mistas, para o sistema Siga Brasil (ferramenta de consulta às bases de dados sobre planos

e orçamentos públicos) e para as transmissões ao vivo da TV Câmara e TV Senado.

O trabalho foi desenvolvido em parceria pelas equipes da Secretaria-Geral da Mesa e das áreas de informática e comunicação das duas Casas.

Na solenidade, será assinado o ato de constituição do Comitê Gestor do Portal do Congresso, grupo responsável pela gestão do portal, com servidores das duas Casas, sem remuneração adicional.

Ferraço convida embaixador a falar sobre denúncias

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) esteve ontem na embaixada dos Estados Unidos para convidar o embaixador Thomas Shannon a falar ao Senado sobre as denúncias de espionagem no Brasil. Como presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), que investiga o caso, o senador argumentou que o comparecimento é fundamental para esclarecer os fatos. Segundo Ferraço, Shannon disse considerar o convite uma oportunidade de falar aos brasileiros, mas observou que só poderia aceitá-lo com a autorização do governo americano.

A reunião com Shannon se torna ainda mais importante porque foi cancelada a audiência que a CRE faria hoje com o jornalista Glenn Greenwald, colunista do jornal britânico *The Guardian*. Ele divulgou as informações repassadas pelo ex-técnico da agência de segurança americana (NSA) Edward Snowden sobre programas secretos americanos. Greenwald alegou compromissos profissionais e a CRE pode definir uma nova data.



Shannon alega que só pode falar com autorização do governo americano

Com imunidade diplomática, Shannon não é obrigado a aceitar o convite da CRE. Uma opção para ouvi-lo seria uma conversa reservada com os integrantes da comissão, em audiência secreta, caso Shannon argumente que as explicações envolvem informações estratégicas.

Ferraço afirmou que a comissão vai prosseguir com as investigações a fim de concluir qual o real nível de fragilidade dos sistemas de defesa e proteção de tecnologias de comunicação no país. Para ele,



Ferraço preside comissão que investiga denúncias de espionagem no Brasil

o Brasil está “anos-luz” atrás de outras nações, a despeito de ter, no Orçamento deste ano, R\$ 100 milhões para proteção cibernética. Apenas R\$ 10 milhões foram usados até agora.

— Precisamos considerar como estratégico e prioritário o desenvolvimento de projetos que ampliem a proteção da tecnologia da informação em nosso país. Não tem sentido um país como o nosso, que trabalha há alguns anos para ter assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, não ter um satélite nacional.

Ministro nigeriano quer parceria com o Brasil

Após reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ontem, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Olugbenga Ayodeji Ashiru, ressaltou que o

encontro teve o objetivo de estreitar relações, principalmente em setores-chave como os da energia, indústria, mineração, turismo e defesa.

Ashiru disse que o Brasil

teve um notável desenvolvimento nessas áreas e considerou a parceria estratégica para o progresso de ambos os países. O ministro disse que discutiu com o presidente Renan como serão feitos os acordos de cooperação e destacou que o Parlamento terá a função de estabelecer os marcos legais dos futuros acordos.

Desde que assumiu a chancelaria nigeriana, em julho de 2011, foi a segunda visita do ministro Olugbenga Ayodeji Ashiru ao Brasil. Em 2012, ele acompanhou o presidente Goodluck Jonathan, por ocasião da Rio+20.



No encontro com Renan (D), Ashiru citou as áreas de indústria e mineração



Capiberibe apoia a função fiscalizadora dos auditores fiscais

Capiberibe pede que Tribunal de Contas cumpra transparência

João Capiberibe (PSB-AP) voltou a cobrar, ontem, o cumprimento da Lei de Transparência (Lei Complementar 131) pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na quinta-feira, ele já havia criticado o TCU por não disponibilizar no site as despesas e receitas do órgão.

— Essa instituição tem a obrigação no cumprimento da lei — afirmou.

Capiberibe apoiou os auditores fiscais na função fiscalizadora e afirmou que o cumprimento da Lei de Transparência pelo TCU vai permitir que o órgão faça exigências ao desempenhar a função de fiscalizar.

— Eu exijo o cumprimento da lei no sentido de garantir que o TCU exerça sua função e possa garantir aos auditores fiscais o exercício correto e absolutamente independente — disse.



Paulo Bauer diz que o pai foi inspiração de homem público

Paulo Bauer lembra trajetória do pai, morto mês passado

Paulo Bauer (PSDB-SC) prestou homenagem ontem ao pai, Victor Bauer, morto em 16 de junho, aos 78 anos. Victor Bauer foi vereador e duas vezes prefeito de Jaraguá do Sul (SC). O senador descreveu o pai como modelo e inspiração de homem público, “conselheiro e amigo”. Ele contou que Victor Bauer iniciou carreira política aos 24 anos, ao ser eleito para o primeiro mandato de vereador, conciliando a vida pública com a de empresário na fábrica Café Bauer. Quando o senador tinha apenas 7 anos, o pai foi eleito prefeito.

— Eu observava meu pai e aprendia — afirmou.

Segundo o senador, Victor Bauer “revolucionou Jaraguá do Sul, transformando-a de um município basicamente agrícola em uma potente cidade industrial”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Rateio da gorjeta

14h Sessão deliberativa. Projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

PRESIDÊNCIA Portal do Congresso

11h Renan Calheiros participa do lançamento do Portal do Congresso Nacional e, às 14h, preside a sessão do Senado.

CAE Audiência com o presidente do Cade

10h Comissão examina pauta com 14 itens. Entre eles, projeto que torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária e o que trata da criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil. Em seguida, audiência para balanço de um ano da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

CE Arquivo Nacional

10h Com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a comissão realiza audiência sobre o Arquivo Histórico Nacional.

CONGRESSO Lançamento do Portal

11h Lançamento do Portal do Congresso Nacional.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sistema de transporte público adotado pelo país, dispendioso e causador de engarrafamentos, deveria dar lugar a opções como metrô, segundo participantes de audiência

Ênfase em ônibus causa prejuízo social e econômico, afirmam especialistas

O MODELO DE transporte público brasileiro, baseado em ônibus, foi duramente criticado em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Apenas o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Eurico Galhardi, defendeu o sistema adotado.

Presidida por Paulo Paim (PT-RS), a audiência teve participação do público, que enviou perguntas aos senadores e palestrantes por meio do Portal e-Cidadania, pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211).

O jornalista Carlos Penna, do blog Meio Ambiente e Transporte, disse que o sistema baseado no modal rodoviário tem causado prejuízos sociais e econômicos.

— De 2000 a 2013, o Brasil ganhou 25 milhões de habitantes e 39 milhões de automóveis. A equação não está correta — afirmou.

Ele lamentou o investimento em BRTs (sigla em inglês para ônibus de transporte rápido), em detrimento da ampliação das linhas de trens e metrô.

— Corredores de ônibus não resolvem os congestionamen-

tos. Ônibus não são capazes de transportar a mesma quantidade de gente que o metrô. O BRT tem sido privilegiado em detrimento dos veículos leve sobre trilhos. Estamos gastando dinheiro numa solução do século passado — disse Penna.

Maria Rosa Ravelli, professora da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou que o transporte público deve deixar de ser negócio para ser prestação de serviços. Ela se disse “escandalizada” com os bilhões gastos no Rio de Janeiro para a criação de cor-

redores exclusivos de ônibus na capital do estado.

— A comissão e o Parlamento têm que estudar como é financiado o transporte em países onde o serviço funciona. Não precisa inventar, só olhar o que outros países fazem.

Plano de mobilidade

O diretor do Departamento de Cidadania e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Marco Antonio Vivas Motta, advertiu que municípios com mais de 20 mil

habitantes têm até março de 2015 para concluir os planos de mobilidade urbana (PMUs). Sem eles, as prefeituras podem ficar até impedidas de receber recursos federais. A exigência está prevista na Lei 12.587, sancionada por Dilma Rousseff em janeiro. Antes, o Estatuto da Cidade obrigava apenas centros com mais de 500 mil pessoas a elaborá-lo. Diante das dificuldades, o Ministério das Cidades está oferecendo capacitação para técnicos de aproximadamente 1.500 municípios.



Maria Rosa Ravelli, da UnB, fala durante debate sobre mobilidade urbana, coordenado por Paulo Paim (C), na CDH

Randolfe diz que o Brasil precisa “derrubar a máfia do transporte público”

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que, “se não houver respostas concretas para os problemas do transporte público no Brasil, as manifestações voltarão e serão milhões nas ruas”. Uma das principais críticas dos manifestantes se referia aos preços das tarifas de ônibus e à falta de qualidade do transporte público.

— Não tem máfia maior neste país do que a do transporte coletivo. Enfrentar e derrubar essa máfia será avanço civilizatório — disse Randolfe.

O senador criticou a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da indústria automobilística e disse que a iniciativa sacrificou

prefeituras e governos estaduais, já que o IPI é base dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Ele defendeu a aprovação de projetos como a

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 90/2011, que inclui o transporte entre os direitos sociais; do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 50/2013, que determina a transparência

nas tarifas; e do PLC 310/2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup).

Paulo Paim, por sua vez, defendeu a mobilidade urbana por meio de redes integradas, com gerenciamento de demanda. Durante a reunião, o senador recebeu homenagem do Instituto Pedala Brasília, entregue pelo presidente da instituição, Ronaldo Alves, que pediu a criação do Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado em 19 de agosto.

Também participou do debate a engenheira e especialista em mobilidade urbana Cristina Baddini Lucas.



Segundo Randolfe, os protestos voltarão às ruas se o transporte não melhorar

Empresário critica protestos em casamento de neta do sócio

Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos, Eurico Galhardi condenou os protestos realizados sábado no casamento da neta do sócio dele, Jacob Barata, também empresário do setor no Rio de Janeiro. Ele disse que o ato acabou se tornando “uma coisa de ódio contra a pessoa, quando a questão é resolver os problemas do país”.

— Eu me senti acuado. Foi horrível. Uma coerção psicológica que mexeu com a família da noiva. Ficamos com receio de que jogassem algo nela. Entraram na vida privada dessas pessoas e promoveram um acinte ao direito de ir e vir — criticou.

Para Galhardi, a insatisfação popular com o transporte público é resultado do aumento do número de carros em circulação, que foi estimulado pelos subsídios do governo à indústria automobilística. Segundo ele, metrô e VLT são importantes, mas todos os modais devem ser ligados entre si.

— Não é o empresário de ônibus que faz a urbanização das cidades. Tem que se ter uma linha de ação. Não vamos resolver da noite para o dia. Não se pode fechar a indústria automobilística para resolver problema de alteração de modal. Temos que discutir todos os problemas — alegou.

Galhardi citou linhas de ônibus que faziam, por exemplo, oito viagens e transportavam mil passageiros, mas que agora fazem apenas cinco viagens e não conseguem transportar nem 500 passageiros. Para atender o público, observou, são necessários mais carros, e então “tem-se uma situação de cachorro louco que corre atrás do próprio rabo”.

— Quem está pagando a conta disso tudo é quem anda de ônibus. O aumento do número de carros compacta as ruas e polui ainda mais o meio ambiente.

Rio Paraguai carece de investimentos, avalia Ruben Figueiró

Ruben Figueiró (PSDB-MS), em discurso ontem, apontou a necessidade de investimentos na navegabilidade do Rio Paraguai e disse que a medida é fundamental para a economia de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, a navegabilidade passa pelo desassoreamento do Rio Taquari,

cujo leito foi bloqueado pela ocupação desordenada do Cerrado na região.

Entre as consequências, Figueiró ressaltou as inundações permanentes, a perda de 83 quilômetros do leito original do Taquari, a perda 3 milhões de hectares de área produtiva, os conflitos entre pescadores e

proprietários rurais, as perdas e alterações na biodiversidade, a alteração do pulso de inundação e do canal de navegação do rio e a perda de arrecadação municipal em razão da queda de circulação de mercadorias. A queda da produtividade na pesca, na pecuária e na agricultura de subsistência tem

forçado o êxodo rural para as cidades de Corumbá (MS) e Ladário (MS), disse.

Figueiró informou que obras de interesse da hidrovia também estão dentro da fase 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas lamentou que os empreendimentos não avancem como desejado.



Navegabilidade ruim do Rio Paraguai prejudica dois estados, diz senador

Empréstimo consignado em folha pode ter taxa de juros reduzida

Também na pauta da CAE projeto que inclui políticos automaticamente na malha fina e proposta que amplia a idade de dependente no IR

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje, em decisão terminativa, projeto determinando que a taxa de juros sobre empréstimos consignados em folha não excedam em cinco pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (Selic). O texto (PLS 300/2005) exclui do limite os acréscimos tributários, os juros de mora e os custos associados à recuperação do crédito.

Autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS) justificou a iniciativa afirmando que os juros cobrados nesses empréstimos ainda são elevados, apesar da tendência de queda.

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), relator, aponta o baixo risco operacional de empréstimos consignados a aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social.

“A margem de cinco pontos percentuais ao ano acima da taxa Selic é justa para remunerar os bancos pelos custos administrativos, pelos riscos de falecimento do aposentado e pela variação da taxa de juros”, diz Rodrigues no relatório.

Malha fina

Volta à pauta da CAE a inclusão automática e obrigatória



Paim propõe consignado a taxa menor, Cristovam quer fiscalização especial para político e Benedito altera texto sobre IR

de políticos com mandato conquistado nas urnas na chamada malha fina da Receita Federal. Segundo o projeto (PLS 99/2009) de Cristovam Buarque (PDT-DF), o regime especial de fiscalização deve ser aplicado aos políticos porque eles estão investidos da função de administradores de bens coletivos e dispõem de poderes que, na ausência de controles, podem ser usados indevidamente.

O voto do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), é favorável à aprovação do texto, em desacordo com o parecer emitido antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nesse colegiado, Francisco Dornelles

(PP-RJ) apresentou voto pela rejeição do projeto, argumentando que o artigo 150 da Constituição proíbe distinção entre contribuintes em razão da ocupação profissional ou função exercida. A maioria dos integrantes da comissão seguiu Dornelles e rejeitou a matéria. Ainda segundo Dornelles, a proposta estabelece a presunção de culpa dos agentes públicos. Suplicy, porém, salientou que todo cidadão detentor de altas responsabilidades, no papel de agente político, deve se submeter a rigores maiores de fiscalização.

Também será votado na CAE, em decisão terminativa, projeto que amplia de 21 para

28 anos a idade dos dependentes declarados no Imposto de Renda.

Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto é alvo agora de uma emenda que o altera na CAE. Relator da proposta, Benedito de Lira (PP-AL) afirma que o texto é injurídico, visto que o Código Civil estabelece que a maioridade civil inicia-se aos 18 anos de idade, sendo impossível que um contribuinte detenha a guarda de um maior de 18 anos. Benedito emendou o projeto a fim de sanar a injuridicidade e para contemplar a pessoa de até 28 anos que seja pobre e que seja criada e educada pelo contribuinte.

Presidente do Cade apresenta balanço da atuação do órgão

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinicius Marques de Carvalho, apresenta amanhã, em audiência

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o balanço de um ano de atuação do órgão, por requerimento de Francisco Dornelles (PP-RJ),

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Amélia (PP-RS).

A avaliação tratará dos resultados da atuação do Cade desde que vigora a Lei

12.529/2011, que estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.

Anibal destaca complexo de piscicultura no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) destacou ontem a construção de um complexo industrial de piscicultura no Acre, cuja primeira etapa será inaugurada até o final de 2013. O complexo, informou o senador, vai proporcionar maior competitividade ao produtor do Acre no mercado mundial de pescado.

Está prevista a construção de indústria para produção de ração para pirarucus, pintados e tambaquis, além de um frigorífico de exportação com capacidade de processar 20 mil toneladas de peixe por ano.

— A pesca artesanal já tem alguma rentabilidade para o pequeno produtor, mas, feita com a implantação do complexo, vai ser possível dar mais garantia de rentabilidade — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa elogia avanços no setor elétrico em Manaus

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) classificou ontem como “de importância fenomenal” a fase experimental de interligação da capital amazônica com o sistema nacional de energia. Ela disse ter esperança de que até o fim do ano metade da eletricidade consumida em Manaus já seja fornecida pela Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, o que trará ganhos econômicos e ambientais ao estado.

— Considero este um momento histórico não só para o setor elétrico brasileiro como para o estado do Amazonas. A Amazônia, que é a região que tem a maior capacidade de geração hidrelétrica do país, ainda tem, em grande parte de seu território, uma energia gerada a óleo diesel ou até mesmo a gás natural — disse a parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp ressalta plano para a agricultura familiar

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a importância do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014, lançado recentemente por Dilma Rousseff.

Ele lembrou que o plano prevê investimentos da ordem de R\$ 39 bilhões, 75% a mais do que em 2012. Em dez anos, disse o senador, o plano beneficiou 2,5 milhões de agricultores e movimentou R\$ 97 bilhões.

— Nunca a agricultura cresceu tanto, principalmente nessa área da agricultura familiar. As feiras de exposições lá no meu estado, e creio que em todo o Brasil, têm movimentado milhões e milhões de reais em vendas de equipamentos.

Raupp salientou que a agricultura familiar contribui com 33% do produto interno bruto agropecuário e emprega 74% da mão de obra do campo.



Lin de Paula/Agência Senado

Comissão tenta votar hoje Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h30, para votar o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que vem sendo adiado há semanas. O presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse que a proposta enfrentou obstrução de quase todas as bancadas na Câmara, embora, segundo ele, o PT e os senadores quisessem votar.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), tentou incluir a LDO na pauta do Plenário sem a votação da comissão. O PMDB na Câmara reagiu.

— Não podemos votar uma proposta como a LDO sem emendas nem discussão — argumentou o relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), prevendo que a votação seja concluída em agosto. Após a votação do relatório preliminar, há um prazo de até dez dias para emendas ao relatório final e pode haver pedidos de vista e obstrução.

(Da Agência Câmara)

Projeto prorroga incentivos a empresas do Norte e Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve analisar, amanhã, em reunião marcada para as 9h, projeto de José Sarney (PMDB-AP) que prorroga o prazo da concessão de incentivos fiscais a empresas atuantes nas áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Pelo projeto (PLS 49/2013), as empresas com empreendimentos aprovados até 31 de dezembro de 2023 terão direito à redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), argumenta que os benefícios oferecidos a empreendimentos em regiões menos desenvolvidas do Brasil são necessários para que as economias das Regiões Norte e Nordeste — áreas de atuação da Sudam e da Sudene — possam continuar a crescer acima da média nacional, revertendo as desigualdades.

A matéria deverá ser analisada posteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proposta de Jarbas Vasconcelos prevê a punição para o parlamentar condenado definitivamente por improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública

Comissão de Justiça deve examinar perda automática de mandatos

A PERDA AUTOMÁTICA do mandato de parlamentares após condenação definitiva por improbidade administrativa ou por crimes contra a administração pública será examinada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A medida é prevista em proposta de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que a apelidou de PEC dos Mensaleiros. Pela PEC 18/2013, após a perda dos direitos políticos determinada pela Justiça, a cassação de mandato seria automática.

Jarbas cobrou do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), a votação da PEC, para que pudesse ser incluída entre os itens da pauta prioritária definida pelo colégio de líderes partidários depois dos protestos das ruas. Na sexta-feira, ele disse em Plenário que o tema precisa ser examinado se a Casa estiver realmente preocupada com uma agenda positiva.

Pela proposta, a Mesa da Casa legislativa da qual fizer parte o parlamentar deve se limitar a declarar a perda do



Jarbas (E) cobrou de Braga (C) e de Vital (D) a votação da proposta para que ela possa constar da pauta prioritária

mandato após “a sentença transitada em julgado”, ou seja, contra a qual não cabe mais qualquer tipo de recurso.

Jarbas afirma que tomou a iniciativa de propor a PEC para elucidar recentes controvérsias envolvendo a interpretação dos efeitos de uma condenação criminal sobre o exercício de mandato no Congresso. Para alguns intérpretes, não basta a condenação judicial definitiva, cabendo ainda palavra final sobre a perda do mandato à Casa legislativa.

As manifestações a favor de um ou outro ponto de vista ocorreram logo depois do julgamento da Ação Penal 470,

que resultou na condenação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dos acusados no chamado processo do mensalão. O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, disse que somente a Casa poderia decidir sobre os mandatos dos deputados condenados. Para o STF, como observa Jarbas, vigora o entendimento de que a condenação criminal produz a perda do mandato parlamentar. Porém, ele lembra que o exame histórico do processo constituinte aponta em sentido inverso, o que estimula ambiente de “alguma insegurança”.

De acordo com o senador,

o texto original do dispositivo constitucional sobre o tema é coerente com o entendimento da perda automática do mandato. Porém, uma emenda aprovada ainda durante o processo constituinte sugere que somente a manifestação do Plenário pode decidir sobre a destituição do cargo.

“Assim, em tese, até a decisão recente do STF, a matéria se encontrava claramente definida. Não é este, entretanto, o seu contexto atual. O tema se encontra no momento sob algumas sombras, o que torna necessária uma definição que o torne isento de dúvidas e questionamentos”, afirma Jarbas.

Substitutivo de Braga tenta evitar ambiguidade

Eduardo Braga apresentou relatório favorável ao conteúdo da PEC dos Mensaleiros, mas na forma de substitutivo. De acordo com o senador, o objetivo foi evitar ambiguidades: sem afetar a regra geral que atribui às Casas legislativas a decisão sobre mandatos, passa a ser garantida a perda automática nos casos de condenação definitiva por improbidade administrativa e por crimes contra a administração pública, “mediante comunicação do Poder Judiciário”.

No mérito, avalia o relator, a proposta de Jarbas “mostra-se relevante por efetivar o princípio da moralidade e da probidade para o exercício do mandato eletivo”. Como observa, a PEC também se compatibiliza com “o clamor popular pelo respeito à coisa pública e pela efetividade das condenações dos agentes públicos envolvidos em malfeitos”.

“Representa, portanto, mais uma demonstração desta Casa, no sentido de atender aos legítimos anseios da população, de quem somos todos nós, em última análise, representantes”, conclui Eduardo Braga.

Jarbas Vasconcelos destaca decisão de votar a proposta

Jarbas Vasconcelos elogiou em Plenário a decisão de Vital do Rêgo de colocar a PEC 18/2013 em votação na CCJ amanhã.

Para Jarbas, prevaleceu o bom senso depois dos reiterados pedidos dele pela inclusão da matéria na pauta prioritária da Casa, para fortalecer o papel do Legislativo num

momento em que o Congresso se encontra com a imagem desgastada, “em crise de popularidade e credibilidade”.

— Esta é a decisão certa na hora certa — resumiu.

O senador atribuiu a maior parte da perda de prestígio aos próprios deputados e senadores, que, segundo ele, permitem que o Executivo

atue de “maneira autoritária, centralizadora e desrespeitosa”. Jarbas citou como ataque às prerrogativas constitucionais do Congresso o excesso de medidas provisórias e os vetos “abusivos”.

Ele elogiou a iniciativa da Câmara dos Deputados de votar o projeto do orçamento impositivo, que obriga o governo

a executar a programação orçamentária aprovada pelo Legislativo (PEC 565/2006).

Por fim, o senador destacou a falta de transparência para explicar a baixa aprovação popular dos parlamentares. Jarbas recomendou que o Congresso seja mais proativo e não aja apenas “sob pressão”.

— É importante que a

sociedade perceba que temos a disposição de cortar na própria carne, de retirar privilégios, de combater a impunidade com coragem e determinação, sem corporativismo — afirmou.

Se aprovada na comissão, a matéria vai a Plenário para discussão e votação em dois turnos, antes de seguir para a Câmara.

Mozarildo quer campanha de combate à corrupção

A sociedade e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem reunir forças em uma campanha nacional de combate à corrupção, segundo Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Na avaliação dele, o momento atual, no qual a população tem ido às ruas, é ideal para a mobilização. O senador disse que os principais problemas que afetam a qualidade de vida da população — precariedade dos sistemas de educação, saúde e segurança pública — são, em grande parte, originados e agravados pelos desvios de recursos públicos.

Para a eliminação da corrupção, Mozarildo considera imprescindível a conscientização da população sobre a necessidade da escolha correta dos representantes no momento das eleições e que só uma melhoria nos processos de fiscalização e controle no país proporcionará avanços.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy: transparência nas doações a partidos

Enquanto houver a possibilidade de doações de pessoas físicas e jurídicas a partidos e candidatos, o PT deve defender a transparência, em tempo real, das contribuições, disse Eduardo Suplicy (PT-SP).

— Isso é perfeitamente factível — garantiu.

O senador manifestou preocupação com notícia do jornal *Folha de S.Paulo*, segundo a qual o relator da reforma política na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), deve propor que não serão necessários recibos para a comprovação das doações. Suplicy afirmou que, na campanha de 2006, forneceu recibo a todos os doadores e colocou as informações no próprio site, em tempo real. Ele avaliou que, caso a exigência seja implementada em todo o país, na véspera das eleições a opinião pública deverá estar informada sobre a natureza do financiamento de cada partido e candidato.



Lia de Paula/Agência Senado

PECs que criam tribunais vão tramitar separadamente

Três propostas de emenda à Constituição que tramitavam em conjunto e têm a finalidade de criar novos tribunais regionais federais (TRFs) foram separadas.

A PEC 61/2012, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), cria um TRF com sede em Fortaleza, e a PEC 46/2012, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), institui um tribunal em Belém. As duas foram desapensadas da PEC 86/2011, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que cria um TRF com sede em Manaus e ficou prejudicada após a promulgação da Emenda Constitucional 73, no início de junho, criando novos tribunais federais com sede em Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Manaus.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que as propostas desapensadas devem agora retornar à CCJ para receberem pareceres separadamente.



Lia de Paula/Agência Senado

Instaladas primeiras comissões para análise de vetos sob novo rito

Serão analisados vetos a propostas sobre condução de investigação criminal, Dia da Amizade Brasil-Israel e modernização de aeroportos

FORAM INSTALADAS NA última sexta-feira as três primeiras comissões mistas para análise de vetos da Presidência da República a matérias aprovadas pelo Congresso. A medida faz parte do novo rito de tramitação dos vetos presidenciais, aprovado na semana passada.

Para analisar o Veto 19/2013, ao projeto que dispõe sobre investigação criminal conduzida por delegado de polícia (PLC 132/2012), foram indicados os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Humberto Costa (PT-PE), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Alfredo Nascimento (PR-AM) e os deputados Luiz Couto (PT-PB), Fabio Trad (PMDB-MS), João Campos (PSDB-GO), Walter Tosta (PSD-MG) e Mendonça Prado (DEM-SE). A presidente Dilma Rousseff vetou o parágrafo que



Novas regras para exame dos vetos presidenciais foram aprovadas quinta-feira em sessão conjunta do Congresso

permitia ao delegado conduzir a investigação criminal de acordo com o "livre convencimento técnico-jurídico".

Já pelo Veto 20/2013, foi rejeitado totalmente o PLS 56/2005, que criou o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel. A

explicação é de que no mesmo dia, 29 de novembro, já se comemora o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo da Palestina. A matéria será analisada por comissão formada pelos senadores Sérgio Petecão (PSD-AC), Acir Gurgacz (PDT-

RO), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Fernando Collor (PTB-AL) e pelos deputados Paulo Ferreira (PT-RS), Marinha Raupp (PMDB-RO), Pinto Itamaraty (PSDB-MA), Pedro Guerra (PSDB-PR) e Maurício Quintella Lessa (PR-AL).

Proposta de recursos para aeroportos recebeu oito vetos

A terceira comissão instalada vai analisar o Veto 21/2013 ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/2013, que repassou recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para reforma e modernização dos aeroportos regionais. Dos 18 itens tratados no projeto, a presidente Dilma vetou 8.

Um deles foi a autorização de parcelamento, em até 360 prestações mensais, dos débitos de Santas Casas de Misericórdia, Associações de Pais

e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e demais entidades hospitalares sem fins lucrativos com autarquias (INSS, por exemplo), fundações públicas e dívidas ativas. As dívidas teriam desconto de 60% das multas de mora e de ofício, de 20% dos juros de mora e de 100% dos encargos legais.

Na justificativa, a presidente argumenta que a autorização de parcelamento é insuficiente para resolver a médio e longo prazo os problemas de gestão

e financiamento dessas entidades. O governo vai elaborar nova proposição sobre o tema.

Outro ponto vetado foi a criação do Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário (Cedupi), que permitiria a organizações sociais e entidades privadas o uso de imóveis públicos desocupados para ações de atendimento ao interesse da população. Para o Executivo, a legislação patrimonial vigente já conta com instrumentos para isso.

A comissão será formada pelos senadores Ivo Cassol (PP-RO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Eduardo Amorim (PSC-SE). Os deputados indicados são Amauri Teixeira (PT-BA), Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), Marcus Pestana (PSDB-MG), João Lyra (PSD-AL) e Glauber Braga (PSB-RJ).

As comissões terão 30 dias para analisar os vetos, que deverão ser votados pelo Congresso ao fim do prazo.

Alvaro apresentará emendas à MP dos Médicos

A medida provisória que cria o Programa Mais Médicos, com a finalidade de atrair profissionais da área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), é uma demonstração da "absoluta incapacidade" do governo de resolver problemas cruciais do país. O senador anunciou que apresentará emendas à MP 621/2013.

Alvaro classificou como "desatino" a decisão do governo de equacionar o problema da saúde por MP, "obrigando os estudantes de Medicina de universidades públicas a trabalharem dois anos no SUS, com o auxílio mágico de médicos estrangeiros".

— É terrível constatar que o governo é passivo, sem criatividade, não oferece respostas

aos problemas do país. E, quando oferece, são respostas estapafúrdias — afirmou o parlamentar.

Alvaro registrou também a morte, no último sábado, do político Laudemir Turra, aos 82 anos. O senador encaminhou pêsames à família, lembrando que Turra foi uma importante figura política do oeste do Paraná.



Alvaro Dias disse considerar a medida um "desatino" do governo federal

Lindbergh defende política com mais participação popular

A reforma política precisa ser profunda, com criação de instrumentos de participação social e mais transparência, disse ontem Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele ressaltou a aprovação, na semana passada, da PEC 3/2011, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), da qual foi relator. O texto amplia a participação popular no processo legislativo, reduzindo à metade o número de assinaturas necessárias para apresentação de projeto de iniciativa popular e reconhecendo as assinaturas digitais por meio eletrônico.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) acrescentou que o processo legislativo brasileiro é arcaico e que precisa mudar com a participação do cidadão por meio do diálogo.



Lia de Paula/Agência Senado

Rollemberg faz balanço da atuação parlamentar

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez ontem um balanço da atuação dele no primeiro semestre. Ele destacou a relatoria do PLS 74/2010, que cria a Lei Geral de Concursos Públicos. O substitutivo de Rollemberg seguiu para votação na Câmara. Também lembrou ter ingressado com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para impedir a votação do PLC 14/2013, que muda regras do Fundo Partidário para criação de partidos. Citou ainda a sanção do PLC 78/2008, apresentado por ele quando era deputado federal, criando a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, e a aprovação da PEC 3/2011, que reduz o número de assinaturas para projeto de iniciativa popular.



Moreira Manz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ausência de José Eduardo Cardozo nas audiências anteriores significa desrespeito ao Senado, segundo vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura, Ana Amélia

Comissão quer ouvir ministro da Justiça hoje

José Cruz/Agência Senado



Cardozo foi convocado para prestar esclarecimentos sobre o Arquivo Nacional

OS SENADORES DA Comissão de Educação e Cultura (CE) ouvem hoje, em reunião extraordinária, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, convocado pela comissão para prestar esclarecimentos sobre o Arquivo Nacional. Criado em 1838 como Arquivo Público do Império, o Arquivo Nacional integra a estrutura do Ministério da Justiça.

Apesar do tema específico, Cardozo poderá ser questionado pelos senadores sobre outros assuntos, como as manifestações de rua que

tomaram conta do país no mês passado, conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul e espionagem eletrônica dos Estados Unidos.

A convocação — requerida por Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da CE; Ana Amélia (PP-RS), vice-presidente do colegiado; e Alvaro Dias (PSDB-PR) — foi aprovada no fim de junho. Na ocasião, Ana Amélia explicou que a convocação deve-se ao fato de o ministro não ter comparecido a convites anteriores nem ter se justificado perante

a comissão. Segundo informou a senadora, desde março a comissão convida José Eduardo Cardozo para conversar com os senadores.

Para Ana Amélia, a ausência às audiências marcadas, sem justificativa, e a sugestão da assessoria do ministério de que a comissão deveria ir ao gabinete do ministro configuraram desrespeito ao Senado.

Também no fim de junho, Cyro Miranda informou que a comissão tem tentado há mais de um mês conversar com o ministro, sem sucesso.

Jornada católica reunirá 3 milhões no Rio, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) saudou a 27ª Jornada Mundial da Juventude (JM). Com a participação do papa Francisco, o evento católico acontecerá no Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 28.

— Em todas as dioceses e paróquias do mundo, em todos os atos e celebrações, os fiéis católicos discutem a vinda ao Rio de Janeiro — disse.

O senador salientou o fato de que mais de 3 milhões de jovens participarão do encontro e citou o tema da JM, “Ide, fazei discípulos em todas as nações”, exortação de Jesus aos discípulos.

Paim lembrou que a JM foi criada em 1985 pelo papa João Paulo II e as primeiras edições foram em Roma (1986) e Buenos Aires (1987).

O senador leu trechos da mensagem divulgada em 25 de março de 2012, pelo então papa Bento XVI, para a JM Rio 2013:

“Gostaria de vos exortar a ser missionários da alegria. Ide contar aos outros jovens a vossa alegria por ter encontrado aquele tesouro precioso que é o próprio Jesus. Não podemos ter para nós a alegria da fé: para que ela possa permanecer conosco, devemos transmiti-la. Sede, pois, missionários entusiastas da nova evangelização! Levei a felicidade às vossas famílias, às vossas escolas e universidades, aos vossos lugares de trabalho e aos vossos grupos de amigos, onde quer que vivais”.

Aloysio Nunes cobra apuração sobre boatos do Bolsa Família

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) informou ontem que pretende reiterar o pedido para que a Procuradoria-Geral da República apure a responsabilidade cível, penal e administrativa no episódio que envolveu boatos sobre o fim do Bolsa Família. Sexta-feira a Polícia Federal descartou ação criminosa e concluiu que o boato foi espontâneo. A representação do senador havia sido feita em maio.

Os rumores geraram uma corrida às agências da Caixa Econômica Federal de pessoas que buscavam sacar os benefícios. Na época, a presidente Dilma Rousseff chegou a classificar o boato como criminoso e desumano. Integrantes do governo e do PT chegaram a atribuir os rumores à oposição, mas, depois, foi confirmado que o banco havia antecipado o pagamento, o que pode ter causado o tumulto.

— Resolveram fazer uma experimentação, tratar os 13 milhões dos beneficiários do Bolsa Família como se fossem cobaias — disse o senador.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo, mais uma vez, estabelece como verdade a existência de um crime sem a existência de criminosos. Ana Amélia (PP-RS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS) elogiaram a ação da Polícia Federal.



Beneficiários do Bolsa Família foram feitos de cobaia, segundo Aloysio

Suplicy lamenta morte do cantor MC Daleste

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte do cantor MC Daleste e deu condolências à família. Daleste foi morto no palco, com um tiro, quando fazia um show em Campinas (SP) no dia 7. A polícia ainda não prendeu o assassino.

— O assassinato do músico MC Daleste ainda não foi esclarecido, mas já gerou um forte impacto sobre a família e os amigos dos MCs. Uma das medidas a serem adotadas é não aceitar mais shows sem os requisitos mínimos de segurança — informou o senador.

Suplicy disse que o caso de Daleste não é isolado. Desde 2010, outros quatro cantores do gênero foram mortos no estado de São Paulo. Para o senador, é preciso refletir sobre a violência que caracteriza a vida nas cidades e pensar em soluções para acabar com a violência e a criminalidade.

O parlamentar se emocionou ao ler as letras de duas músicas feitas por Daleste: *Minha História*, em que o funkeiro fala da infância pobre e difícil, e *Herói*, em que faz uma homenagem ao pai.

No mesmo pronunciamento, Suplicy relatou ter estado na comunidade de Heliópolis, em São Paulo, para prestar solidariedade a vítimas de incêndio ocorrido na última semana. O incêndio matou três pessoas e deixou centenas de desabrigados.

Ana Amélia: atenção especial ao Plano Nacional de Educação

O Senado deve dar atenção especial ao projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE), segundo Ana Amélia (PP-RS). Para a senadora, o PNE (PLC 103/2012) e a proposta que destina os royalties do petróleo à educação e à saúde precisam do “olhar atento e responsável” do Parlamento para incentivar a formação profissional e continuada de professores e profissionais da educação em geral.

— Com avaliações e acompanhamentos periódicos e individualizados com todos os agentes envolvidos na educação: estudantes, professores, profissionais e gestores.

A proposta do novo PNE foi enviada pelo governo ao Congresso em dezembro de 2010, para vigorar entre 2011 e 2020, destacou Ana Amélia. A matéria consta da pauta prioritária da Casa e deve ficar na ordem do dia para votação em agosto.

A senadora também destacou discurso, na Organização das Nações Unidas (ONU), da adolescente paquistanesa Malala Yousafzai, de 16 anos. Em outubro do ano passado, Malala foi baleada na cabeça por integrantes do Talibã, por defender a educação das mulheres. Pela “relevância e simbolismo” de Malala, Ana Amélia apresentou requerimento para que a jovem seja convidada a participar de audiência na Comissão de Educação (CE).



Ana Amélia quer incentivo à formação profissional continuada de professores

Ferraço defende mais investimentos no ensino básico

O Brasil precisa atender ao clamor das ruas por serviços públicos de qualidade, especialmente em saúde e educação, disse ontem Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele defendeu o projeto (PLS 280/2013) que apresentou com Cristovam Buarque (PDT-DF) para destinar 100% dos bônus dos contratos de partilha de petróleo e gás para um fundo de financiamento de educação básica e saúde infantil.

Ferraço salientou que o Campo de Libra, na Bacia de Campos, poderá produzir até 12 bilhões de barris, e os bônus do leilão — previsto para outubro — não têm vinculação definida.

Ressaltando a importância da educação como instrumento de mudança, ele considerou insuficiente destinar parte dos recursos dos royalties para educação. Lembrou que há muito a ser feito, especialmente no ensino básico, e cobrou solução para o custo elevado com alunos do ensino superior.

— O recado das ruas é objetivo: queremos mais, não abrimos mão daquilo que reivindicamos, não queremos que nosso Brasil seja apenas um país do futuro.

Ferraço ainda criticou o que considerou uma tentativa do governo de responsabilizar os médicos pela crise na saúde. Ele chamou o Congresso a debater a questão e enfrentar os problemas de gestão e subfinanciamento que prejudicam os serviços de saúde.

Compradores são surpreendidos pelos atrasos das construtoras na conclusão das obras; para Procons, cláusulas que permitem entregar o imóvel após a data combinada são abusivas

Imóvel comprado na planta, cuidado redobrado

Ricardo Westin

EM 2009, NAMORADOS, Adriana Bernardes e Flávio Garcia compraram em São Paulo um apartamento na planta. A construtora prometeu as chaves para 2011. Contando com isso, marcaram o casamento para 2012. Eles se casaram, mas o apartamento não ficou pronto. Tiveram de pedir abrigo à mãe dela. Estão lá até hoje.

— O nosso sonho virou pesadelo — desabafa Adriana, hoje com 36 anos e uma ação judicial contra a construtora.

O pesadelo de não receber o imóvel na data prevista tem se repetido cada vez mais pelo país (veja quadro abaixo).

Fora o estresse, os prejuízos financeiros são inúmeros. Enquanto não recebe as chaves, o comprador precisa continuar desembolsando o dinheiro do aluguel. Se o fim do apartamento é ser um investimento, ele fica sem a renda dos aluguéis.

Normalmente, os bancos só financiam o imóvel pronto. Quanto mais as obras se arrastam, maior fica o valor a ser financiado pelo comprador, por causa dos juros mensais cobrados durante a construção.

Projeto de lei

O Senado estuda uma proposta que inclui no Código de Defesa do Consumidor uma punição para as construtoras (PLS 97/2012). O projeto de lei é do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) e as obriga a pagar ao comprador uma indenização equivalente a 2% do valor do imóvel e uma multa de 0,5% a cada mês de atraso. Tratando-se de um apartamento de R\$ 300 mil, seriam R\$ 6 mil de indenização e R\$ 1.500 de multa.

— Se o comprador atrasa a mensalidade, é obrigado a pagar multa e juros. Se a empresa atrasa a entrega, não acontece nada. É injusto — diz o senador.

Ao elaborar os contratos, muitas construtoras incluem uma cláusula que lhes dá uma folga de seis meses, a contar da data prometida, para entregar o imóvel sem que sofram penalidade nenhuma. Esgotada

Precauções

Certas medidas ajudam a evitar dor de cabeça na compra de um imóvel na planta

- ▶ Verifique no Tribunal de Justiça e nos órgãos de defesa do consumidor se há queixas contra a construtora.
- ▶ Visite imóveis já prontos da mesma construtora e pergunte aos moradores se houve atraso nas obras.
- ▶ Não feche o negócio no mesmo dia. Leve o contrato para casa e o analise com calma. Se necessário, peça ajuda a um advogado.
- ▶ Certifique-se de que a data de entrega das chaves aparece de forma clara no contrato. O prazo de tolerância para a construtora só pode ser aceito em casos excepcionais, como guerra ou catástrofe natural.
- ▶ Veja, no contrato, quais são as penalidades caso você não pague as prestações em dia e quais são as penalidades da construtora caso ela atrase a entrega do imóvel.
- ▶ Visite as obras. Verifique se estão avançando conforme o cronograma divulgado pela construtora. Se estiverem atrasadas, reclame.
- ▶ Se a construtora atrasar a entrega, não interrompa o pagamento das prestações. Isso pode prejudicá-lo num eventual processo na Justiça.
- ▶ Antes de receber o imóvel, peça a um engenheiro que faça uma vistoria, para identificar defeitos que precisem ser consertados pela construtora.

Fontes: advogados Renata Reis e Marcelo Tapai

a tolerância, os contratos normalmente preveem uma multa mensal equivalente a 0,5% do valor já pago pelo comprador — o que é irrisório, já que ele desembolsa na construção, em média, só 30% do preço do imóvel. No caso do apartamento de R\$ 300 mil, a multa seria de R\$ 450, o que não cobre o aluguel de um imóvel semelhante.

Para os Procons, as multas deveriam ser mais pesadas, para desestimular o atraso, e ser aplicadas tão logo o prazo expirasse, sem período de tolerância. Segundo eles, as cláusulas que preveem os meses extras são abusivas — nulas, portanto. O Código do Consumidor prevê que prestação de serviço e entrega de produto

João Florim/PMMA



Pedreiros trabalham na construção de um condomínio em Porto Alegre: mercado imobiliário aquecido e obras atrasadas

“Tive de adiar a gravidez porque o apartamento não foi entregue”

O apartamento que a professora de educação infantil Adriana Bernardes, de 36 anos, comprou em São Paulo deveria ter ficado pronto em 2011. Ela ainda não se mudou.

“Marcamos o casamento para o final de 2012, achando que a obra estaria concluída. Nada disso. Meu marido e eu voltamos da lua de mel e tivemos que nos mudar para a casa da minha mãe, que só

tem um quarto. Imagine: nós, recém-casados, dormindo no mesmo quarto da minha mãe. Não temos privacidade. Isso tem afetado o casamento. Estamos há sete meses lá. A geladeira, o fogão e os outros presentes de casamento estão entulhados na sala. O plano de engravidar teve de ser adiado. Tem dias em que choro, noites em que não durmo. Como é possível que tudo tenha dado errado? Eu

ligava para a construtora, e as moças não eram nada educadas: ‘Você tem que aguardar’. Recebemos a chave há pouco tempo, mas o apartamento veio cheio de defeitos. Não podemos nos mudar enquanto a construtora não consertá-los. Entramos na Justiça pedindo uma indenização. Não queremos ficar lá muito tempo. Estamos traumatizados. A ideia é juntar dinheiro para ir logo para uma casa.”

precisam ter data certa.

— A empresa é especialista e sabe quais imprevistos poderão surgir, como chuva em excesso, falta de mão de obra e demora para obtenção do habite-se. Ela consegue, sim, prever a data em que o imóvel será entregue. A tolerância só faz sentido em caso de exceção extrema, como furacão, terremoto, guerra — explica a advogada Renata Reis, responsável no Procon de São Paulo pelos temas de habitação.

Concorrência

Na avaliação do advogado Marcelo Tapai, especialista em direito imobiliário, construtoras têm agido de má-fé:

— Num mesmo bairro, os lançamentos imobiliários são

bem semelhantes, com metragem igual, mesma faixa de preço, segurança dia e noite, fachada parecida, piscina etc. O decisivo é a data de entrega. Se uma construtora me promete o apartamento para 2015 e a outra para 2017, é claro que escolho a primeira. Elas começam a competir no prazo, mesmo cientes de que não conseguirão cumpri-lo.

As empresas dizem não ter nenhum interesse nos atrasos.

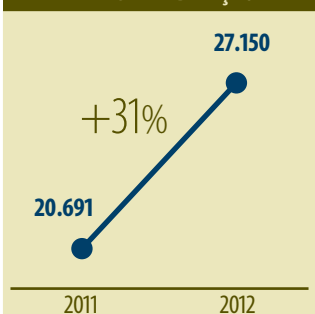
— Pelo contrário, têm interesse em concluir logo, porque deixam de ter as despesas mensais fixas da obra e antecipam receita. A obra tem mais de 3 mil itens a ser comprados, verificados e instalados, do azulejo à fechadura. Tudo deve

funcionar perfeitamente. Imagine o grau de detalhe — afirma Odair Senra, vice-presidente do Sinduscon-SP (sindicato das construtoras de São Paulo).

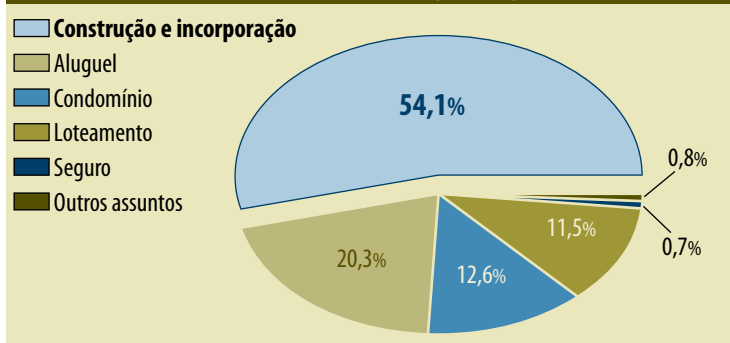
Quando a chave não é entregue na data, o comprador deve buscar a construtora. O problema pode ser resolvido com o pagamento de indenização e multa em valores razoáveis. Não havendo resposta, ele pode buscar o Procon, que facilitará o fechamento de um acordo favorável ao consumidor. Às vezes, nem a multa do Procon faz a empresa resolver a questão. O último recurso é a Justiça, como fez o casal citado no início desta reportagem. Os tribunais têm se mostrado sensíveis a esse tipo de demanda.

Com o mercado aquecido, obras são concluídas com atraso

QUEIXAS NO BRASIL REFERENTES A HABITAÇÃO



ASSUNTOS QUE MAIS PROVOCARAM QUEIXAS (em 2012)



PRINCIPAIS PROBLEMAS (em 2012)

